

Muitos estudiosos pressentem que o 10º Censo Demográfico, iniciado no último domingo, deverá retratar mudanças mais extensas e mais profundas na sociedade brasileira do que qualquer outro recenseamento em confronto com o anterior. No último decênio, dado como perdido em termos de crescimento da renda "per capita", o Brasil modificou-se até radicalmente, sob certos aspectos, seja por força da crise interna, seja como consequência da evolução ocorrida em todo o mundo, tanto no campo cultural quanto no tecnológico.

Certamente, o Censo mostrará que somos ainda um país de jovens, embora a população idosa venha crescendo. Levantamento do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) evidenciou que o segmento da população com mais de 60 anos representava, em 1990, 7,2% do total, em comparação com 6,1% em 1980. Calcula-se que, no ano 2000, o número daqueles que se encontram na chamada terceira idade deverá alcançar 14,2 milhões, correspondendo a 8,3% dos brasileiros.

A questão, hoje, tem um vínculo político inescapável em face da iniciativa do governo

Para planejar a ação futura

de propor, através do "emendão", a aposentadoria por idade, em vez de por tempo de serviço. Deve-se notar que a elevação da expectativa média de vida terá de ser considerada nos cálculos atuariais da Previdência, seja ou não alterada a legislação em vigor. Outro fator que não pode ser ignorado diz respeito aos custos assistenciais, que tendem a aumentar à medida que se torna maior o número de pessoas com mais de 60 anos.

Agravam-se, pois, os problemas a equacionar no orçamento de custeio da Previdência, mas o fenômeno em si é saudável. Podem decorrer anos até que o País possa apresentar padrões de renda e bem-estar comparáveis aos do Primeiro Mundo. Mas as pesquisas estão a demonstrar que, com o crescimento da população mais idosa acompanhado do decréscimo da taxa de natalidade, o Brasil está adaptando-se à estrutura demográfica dos países desenvolvidos. O que, além dos reflexos na Previdência e nos serviços públicos em

geral, tem igualmente nítidas implicações mercadológicas.

Não constitui surpresa que, paralelamente, venha aumentando a participação feminina no mercado de trabalho. Pela marcha dos números, é possível prever que, em futuro próximo, se não representarem a maioria, as mulheres pelo menos se igualem aos homens na População Economicamente Ativa (PEA). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elas, que em 1970 ocupavam 24% dos postos de trabalho, já detinham 35% destes em 1987.

É de se prever, porém, que, ao lado de transformações semelhantes àquelas por que passaram sociedades mais avançadas, o Censo não deixa de radiografar sinais iniludíveis de involução. Tem-se como certo que a mobilidade social que existia no Brasil até a década de 80, permitindo a ascensão econômica de parcelas da população de classes de menor nível de renda, mas com acesso à educa-

ção, tenha sido bruscamente freada pela crise.

O que se acelerou foi a mobilidade espacial, contando-se aos milhões o número de pessoas que se deslocam de uma região para outra do País em busca de melhores condições de vida. Só o Censo pode dar uma idéia precisa quanto à inserção dessa massa de imigrantes na economia de mercado e de suas carências nutricionais e educacionais, o que deveria possibilitar a articulação de uma política social mais eficaz.

O pior, neste caso, é que as causas têm de ser atacadas do mesmo modo que os efeitos. Enquanto não se corrigirem as desigualdades regionais é indispensável melhorar o atendimento às populações que acorrem às grandes metrópoles ou se dirigem às inóspitas fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e do Norte do País. E é preciso retificar um sistema que confere um peso eleitoralmente menor, na representação parlamentar, aos estados mais populosos.

Como se vê, o Censo, sendo um instrumento para planejamento da ação futura, tem amplas conotações políticas.